

A RECUSA DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: UMA LEITURA ARENDTIANA

DENIAL OF CONTEMPORARY POLICY: ARENDTIAN READING

Esp. Jenerton Arlan Schütz*
Me. Edinaldo Enoque Silva Junior**

Resumo: Este artigo pretende contribuir para as reflexões e discussões acerca da política e os motivos de sua recusa na contemporaneidade a partir do pensamento de Hannah Arendt. Em suma, o pensamento de Arendt é político, não no sentido usual que busca fornecer métodos ou regras para a vida política, mas sim, uma dimensão essencial da condição humana, que não pode ser dispensado sem que essa condição se altere de forma irreparável. Em nossa época de desprezo pelo político, com discursos políticos associados à mentira e também à ocultação, faz-se necessário constituir uma verdadeira ode à dignidade intrínseca da política. Assim, o pensamento de Arendt situa a política na pluralidade dos homens, distinguindo-se da interpretação geral comum do homem enquanto um *zoon politikon* (Aristóteles), fato de que a política seria inerente ao homem, Arendt considera que a política não surge *no* homem, mas sim, *entre* os homens, portanto, fora dos homens. Ademais, a política só é possível se os pressupostos de liberdade, espontaneidade e, a partir desses, o surgimento de um espaço entre homens for garantido.

Palavras-Chave: Condição Humana; Contemporaneidade; Política.

Abstract: This paper aims to contribute to the reflections and discussions about policy and the reasons for the refusal in the contemporary world from the thought of Hannah Arendt. In short, Arendt's thought is political, not in the usual sense that seeks to provide methods and rules for political life, but rather, an essential dimension of the human condition, which cannot be dispensed without this condition changing irreparably. In our time of contempt for political, with political discourse associated with lie and occultation, it is necessary to provide a true ode to the intrinsic dignity of politics. So the thought of Arendt locates the policy in the plurality of men, and distinguishes it from common general interpretation of man as a *zoon politikon* (Aristotle), the fact that politics is inherent in man, Arendt believes that the policy does not arise *in* man but *among* men, therefore, out of men. In addition, the policy is only possible if the conditions of freedom, spontaneity and, from these, the emergence of a gap between men is guaranteed.

Keywords: Human Condition; Contemporaneity; Policy.

* Especialista em Metodologia de Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI; Mestrando em Educação nas Ciências do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI/RS); E-mail: jenerton.xitz@hotmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC/SC); Doutorando em Educação nas Ciências do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI/RS); E-mail: enoquesmo@hotmail.com

Considerações Iniciais

A concepção da política para Arendt está muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que geralmente busca apenas a organização e a garantia da vida dos homens. Segundo a autora, o sentido da política é a liberdade, o poder agir, tomar iniciativas e impor um novo começo. Desse modo, a autora parte de duas experiências do século XX que ofuscaram o sentido da política e transformaram-no em seu oposto: o surgimento de sistemas totalitários, além de meios técnicos, como a bomba atômica, que é capaz de exterminar a Humanidade, e com ela, toda a espécie de política existente.

Discernindo do pensamento político de Aristóteles, cuja interpretação geral comum do homem enquanto um *zoonpolitikon*, Arendt (2004, p.8) pressupõe que a política “surge não *no* homem, mas sim *entre* os homens”, logo, ela é um fenômeno externo ao homem. Não obstante, a liberdade e a espontaneidade são pressupostos necessários para o surgimento desse espaço entre homens, só assim poderemos tornar possível a verdadeira política, “o sentido da política é a liberdade” (ARENDR, 2004, p.9).

O pensamento político deve basear-se, em essência, na capacidade de formar opinião (doxa), é por isso que, a pluralidade humana pode comportar homens distintos. Dessa forma, a esfera política é o espaço da ação, do discurso, da troca e enfrentamento de opiniões, onde é possível aparecer para o outro, mostrar a singularidade e reafirmá-la. O fato de poder falar e ser ouvido, de discutir e deliberar são a possibilidade que todos têm para expressar a sua identidade e opinar, a fim de estimular o interesse pelos assuntos políticos.

O que é a política?

O pensamento político de Arendt advém a partir das experiências com os regimes totalitários e da situação que se estabeleceu no mundo pós-totalitário. As situações políticas que marcaram o século XX causaram aspiração no pensamento de Arendt para compreender e

refletir sobre o significado da própria política e também sobre a condição humana nesse cenário.

A autora faz sua reflexão a partir do diálogo com o passado, analisando e buscando na história e na tradição do pensamento ocidental significados e elementos que podem ser capazes de iluminar os acontecimentos e experiências de seu tempo. O diálogo realizado por Arendt é com a *polis*, lugar de surgimento da política; com a reinvenção da experiência política grega, isto é, com a República Romana; com a relação dos homens e o mundo a partir do cristianismo; com o pensamento de Sócrates e alguns modernos; além de outros elementos que Arendt considera serem capazes de iluminar as experiências da política moderna. Resultado dessa reflexão é um pensamento complexo, que não traz propostas de ação, mas conceitos que são capazes de propiciar reflexões singulares sobre os acontecimentos que fizeram e fazem parte do nosso mundo.

É importante ressaltar que, torna-se impossível pensar os acontecimentos, sem qualquer referência do passado ou ainda experiências que possam iluminar a compreensão do que os conceitos possam significar.

Destarte, escolhemos então, a experiência Grega para auxiliar a nossa reflexão. A *polis* surge entre os séculos VIII e VII a.C., para resolver conflitos existentes nas comunidades gregas, decorrentes da crise administrativa. A dificuldade de resolver os problemas e concentrar o poder nas mãos de um único ser, configurou uma situação totalmente nova para a qual os gregos conseguiram uma resposta inédita para o seu tempo. Segundo Vernant (2006, p.48), “[...] novos problemas surgem: [...] a ordem pode surgir dos conflitos entre grupos rivais, do choque das prerrogativas e das funções opostas? Como uma vida comum pode apoiar-se em elementos discordantes?”.

Desse modo, o poder da política deve ser gerado a partir da união entre os homens. Cada *polis* tinha um espaço delimitado, uma identidade a partir de sua fronteira física e legal. Benvenuti (2010, p.14) afirma que, “[os] muros [da *polis*] forneciam o contorno de seu território; suas leis, suas regras, seu temperamento”. Ganhando desse modo uma nova forma, não mais em torno de um palácio, mas sim, centralizadas na praça pública, organizadas ao seu entorno.

Era nesse centro, que os cidadãos livres – homens que possuíam as necessidades da vida e também do lar já atendidas – se reuniam para desempenhar a atividade política. A *Ágora* era o espaço destinado para o encontro mediado somente pela palavra, discutiam sobre a cidade e o convívio dos homens. Para Arendt (2004, p.47), “O que distingue o convívio dos homens na *polis* de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos, era a liberdade. [...] Ser-livre e viver-numa-*polis* eram, num certo sentido, a mesma coisa”. A *Ágora* era, portanto, o espaço destinado para os assuntos públicos.

Cabe lembrar que, o espaço público e privado estavam muito bem distinguidos para os gregos, enquanto no âmbito privado, cada homem livre era o senhor, todas definições eram por ele delegado, pois, a palavra e a autoridade do patriarca estava imbuída pelo lugar que ele ocupava. Enquanto, adentrava na *Ágora* essa posição de autoridade era abandonada, nela todos se relacionavam entre iguais. Em seu livro *A Política*, Aristóteles (2007, p.22), caracteriza ambas as situações da autoridade nos dois âmbitos da vida, “A autoridade doméstica é uma monarquia, [...] toda família é governada por um só: a autoridade civil ou política é aquela que governa homens livres e iguais”.

Na condição de igualdade, surgia na *Ágora* o debate, os homens uniam-se em torno de alguma causa e faziam o uso da palavra com a intenção de persuadir. Não era esse espaço um lugar de violência, mesmo que houvesse o conflito de ideias, o discurso baseava-se na união de opiniões. Com esse novo começo de discussões e resolução de conflitos é que Arendt tratará o tema da política.

Após a breve exposição de alguns aspectos históricos da conformação da *polis* grega, é necessário apresentar os conceitos essenciais da política arendtiana. Portanto, tais momentos históricos apenas passam a iluminar a reflexão de Arendt (e também a nossa) a partir da situação do nosso mundo comum.

A política e a pluralidade humana

O conceito de pluralidade está presente em todo pensamento de Hannah Arendt. Assim, qualquer discussão que se faça sobre a política em Arendt, parte da premissa fundamental: a existência dos homens no mundo. No livro, *A Condição Humana*, Arendt

(2005a, p.15) afirma que a pluralidade se traduz no “[...] fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”, o que contradiz a tradição do pensamento filosófico, que sempre buscou compreender o homem de forma singular, isto é, em sua natureza e isolado.

Nesse sentido, Arendt (2004) caracteriza o limite que a tradição filosófica contribui para a política, pois, sem a capacidade de compreender a pluralidade humana como fenômeno do mundo, ela perde aquilo que fundamenta sua existência, afetando a nossa capacidade de compreender o que ela de fato significa.

É a partir da condição plural, isto é, da existência *dos homens*, que Arendt se dedica a pensar a política, caso o homem existisse isolado, seria um deus, e com certeza a política seria um absurdo. É, de fato, a pluralidade que nos permite enxergar que não estamos sozinhos e, existam tantas opiniões sobre algo quanto pessoas que habitam o mundo. Porém, a pluralidade pode expressar ainda, a singularidade de cada homem que habita a Terra.

A singularidade é constantemente mostrada e reafirmada no espaço público, onde não se revela *como é* alguém, mas sim *quem é* esse alguém. A resposta para essa pergunta se dá a partir das palavras e também das ações que espalhamos no mundo e que admitem ao outro que nos reconheça. Portanto, a identidade do homem ou de cada homem só pode ser vista e reconhecida pelo outros. Assim, o nome de alguém nada nos diz sobre *como é* ou *quem é* essa pessoa, se não pudemos, um dia, em algum lugar, ouvir as suas palavras ou assistir suas ações.

Mas, apesar de Arendt reconhecer a singularidade dos homens e considera-la necessária na forma de entender a política (a partir do discurso e da ação), a autora fundamenta seu pensamento a partir da *pluralidade* (embora sejam conceitos complementares). A razão pela opção de Arendt está em considerar que os homens compartilham o mundo de forma plural, isto é, se reúnem, estão acompanhados, e os observamos na presença de outros. Caso Arendt tivesse fundamentado seu pensamento político na singularidade não teria rompido com a tradição do pensamento filosófico e político e, certamente recairia num pensamento conduzido pelo isolamento e acompanhado pela solidão.

É fundamental compreender que a pluralidade não se dá pelo simples fato da junção de seres singulares, mas sim, pela relação que os seres singulares têm *entre eles*. Portanto, a

pluralidade, os objetos, as palavras e as ações se relacionam entre nós e passam a condicionar nossa identidade.

Para Arendt (2005a, p.188), é fundamental que a pluralidade não desconsidere o reconhecimento da igualdade, pois a pluralidade humana,

[...] tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferísse de todos os [outros] que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender.

A igualdade para Arendt é um conceito político e passa a se estabelecer a partir das relações que acontecem no mundo e que necessita ser compreendida como um reconhecimento político. Assim, percebemos que nossa pluralidade e igualdade são relativas e se apresentam como um paradoxo que cabe à esfera política encarar e discutir.

O problema é quando a política contém relações de desigualdade, que resultam na imposição de uns sobre os outros, o que ocorre, por exemplo, nos regimes tirânicos. Do mesmo modo, a experiência Nazista e totalitária ilustrou o que uma ideologia que defende a superioridade natural de alguns diante da inferioridade de outros pode causar. Quando isso acontece, a pluralidade e a igualdade simplesmente desaparecem do cenário político.

Ademais, no momento em que a igualdade é reconhecida, ela passa a fazer sentido aos homens, mesmo possuidores de diferenças, a igualdade permite o surgimento de algo completamente novo, decorrente da união dos homens.

O sentido da política é a liberdade

O olhar de Arendt está voltado para a experiência da *polis* grega para responder a pergunta sobre qual é o sentido da política: a liberdade. O pensamento arendtiano volta-se novamente ao passado, à experiência dos cidadãos gregos, os homens livres, os atores da atividade política.

Desse modo, Arendt (2004, p.47) adverte que “[...] o homem precisava ser livre ou se libertar para a liberdade, e esse ser livre do ser forçado pela necessidade da vida era o sentido original do grego *scholē* ou do romano *otium*, o ócio, como dizemos hoje”. Essa libertação,

diferente de liberdade, deveria ser atingida por alguns meios, ou seja, o modelo escravagista era o meio decisivo, pois, outros eram forçados a assumir a preocupação com a vida diária. Diferente do sistema atual, isto é, da exploração capitalista que visa objetivos econômicos, a exploração do trabalho escravo na Antiguidade serviu para liberar os senhores para que possam exercer a liberdade da coisa política.

Destarte, Aristóteles (2007, p.20-22) afirma que, os escravos “[...] ajudam-nos com sua força física em nossas necessidades quotidianas” e, desse modo, “[...] existe um interesse comum e uma amizade recíproca entre o senhor e o escravo, quando é a própria natureza que os julga dignos um do outro”.

Assim, o sentido da coisa política “é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que só em caso de necessidade, ou seja, em tempos de guerra, davam ordens e obedeciam uns aos outros” (ARENDDT, 2004, p.48).

Não obstante, a coisa política está centrada em torno da liberdade, compreendida como não ser dominado e não dominar, sendo um espaço que deve ser realizado por muitos e onde todos estão entre iguais. A liberação é condição essencial para a cidadania, porém não basta para que os homens sejam realmente livres, pois a liberdade só se configura como algo real, quando ocorre a união entre os iguais na praça pública. Como já apontamos, as relações desiguais só deixam possibilidades para a dominação de uns sobre os outros, ou seja, o oposto da liberdade.

No momento que existe dominação e sujeição, isto é, uma relação entre dominadores e dominados, isto nada tem a ver com política, pois o que permitia a experiência de liberdade aos cidadãos gregos era o encontro na *Ágora*, encontro esse que acontecia entre iguais.

O problema hoje reside no fato de, vincularmos “à igualdade o conceito de justiça e não o de liberdade e, desse modo, compreendemos mal a expressão grega para um constituição livre, a *isonomia*, em nosso sentido de igualdade perante a lei” (ARENDDT, 2004, p.49). Porém, a *isonomia* não refere-se a igualdade de todos perante a lei, nem que a lei seja igual para todos, mas sim, “que todos têm o mesmo direito à atividade política; e essa atividade na *polis* era de preferência uma atividade da conversa mútua” (ARENDDT, 2004, p.49).

Por isso, a *isonomia* refere-se à liberdade de dialogar. Nesse sentido, quando os gregos diziam que os escravos e os bárbaros era *aneulogou*, isto é, não tinham o domínio da palavra, significava dizer que os mesmos estavam impossibilitados da conversa livre.

[...] Na mesma situação encontra-se o déspota que só conhece o ordenar; para poder conversar, ele precisava de outros de categoria igual à dele. Portanto, para a liberdade não se precisava de uma democracia igualitária no sentido moderno, mas sim de uma esfera limitada de maneira estreitamente oligárquica ou aristocrática, na qual pelo menos os poucos ou os melhores se relacionassem entre si como iguais entre iguais. Claro que essa igualdade *não tem a mínima coisa a ver com justiça*. (ARENDDT, 2004, p.49, grifo nosso).

A igualdade surge como condição para a liberdade que passa a existir a partir dessa relação, passando a ser entendida como uma categoria política. Em seu ensaio sobre *Que é liberdade?*, Arendt (2005b) perpassa a tradição de todo pensamento filosófico para buscar compreender como o conceito de liberdade é compreendido, além de situá-lo numa perspectiva política.

Nesse texto, a autora analisa as mudanças desse conceito ao longo da história do pensamento ocidental, que passou a compreender o espaço *entre* os homens para um espaço *dentro* deles. Na filosofia grega, a liberdade surge no isolamento do filósofo que passa a vivê-la a partir do momento em que se retira do mundo. Desse modo, ao longo da tradição filosófica a liberdade passa a se transformar em uma condição da vida interior de qualquer homem. E, a partir da conversão de Paulo ao cristianismo, o conceito de liberdade passou a ser confundido com a noção do livre-arbítrio.

A autora analisa e passa a refletir sobre alguns conceitos de liberdade que estiveram presentes em teorias políticas, a partir de pensadores dos séculos XVII e XVIII, que segundo Arendt, passam a usar o conceito de liberdade como sinônimo de segurança, isto é, como uma finalidade da política.

Porém, é somente a partir da ascensão das Ciências Sociais e Políticas no século XIX e XX, o conceito perde totalmente o sentido original, pois, a partir da Idade Moderna, a liberdade passa a ser uma necessidade. Culmina no liberalismo, o qual considera a liberdade algo que deve ser assegurado a partir da política, porém de forma invertida ao seu sentido

original. Sendo necessário primeiramente garantir a liberdade individual para que posteriormente a liberdade possa existir, o problema é que, o período foi marcado por viver a vida a partir da liberação da política, não sendo necessário se dedicar à ela.

Percebemos desse modo, a inversão que o conceito da liberdade teve ao longo do pensamento filosófico, sendo retirada de sua implicação política e pública. Enquanto para os gregos o conceito estava relacionado ao espaço comum e também de aparecer em público, porém ao longo da tradição ela passou a ser uma condição individual e oculta.

Para os gregos a liberdade era um fenômeno, pois a *polis* possibilitava a união dos cidadãos que eram capazes de trazer e/ou gerar algo novo e ainda imprevisível, condição proveniente da igualdade. Segundo Arendt (2005a), dois termos se destacam nos fatos experienciados na política: o termo *archein* e o termo *agere*. O termo *archein* significa a capacidade de iniciar ou criar algo totalmente novo, e o termo *agere*, significa colocar algo em andamento. É justamente nesse significado que a liberdade carrega consigo que Arendt busca considerar ser o sentido da política.

Desse modo, a política e a liberdade são conciliáveis entre si, mesmo que, atualmente, tais esperanças de conciliação parecem tanto *utópica* em virtude dos regimes totalitários, a política da primeira metade do século XX teve que suportar,

[...] uma esperanças um tanto insensata em nosso século, uma vez que, desde a Primeira Guerra Mundial, cada um dos pratos que foram servidos pela política teve de ser comido em temperatura consideravelmente mais quente do que aquela em que seus cozinheiros tiveram a ideia de prepará-los (ARENDR, 1993, p.118).

Esse fato faz Arendt considerar que desde a antiguidade, ninguém mais partilhou do real sentido da política, a liberdade. Enquanto a política e a liberdade estavam interligadas na antiguidade, nas condições modernas, a política e a liberdade estão totalmente separadas uma da outra. Não obstante, a dimensão política está enfraquecida e muito desacreditada pela maioria, e que atualmente, não se busca mais pelo sentido da mesma.

A recusa da política

O fato de não se buscar mais pelo sentido da política, leva Arendt a refletir sobre esse distanciamento que não acontece de forma repentina, mas é construído ao longo da tradição. Após a condenação de Sócrates, Platão passa a se desencantar da política e como resposta ele busca tornar a filosofia fundamental para a *polis*, o problema que essa tentativa depreciou a vida política. Platão eleva a vida contemplativa para privilegiar o *biostheoretikós* e não mais o *biospolitikós*. O resultado não poderia ser outro, os filósofos posteriores a Platão estabelecem a ação como uma esfera que é inferior à atividade filosófica.

O fato de colocar a política como uma esfera inferior e o “desastre que a política já provocou em nosso século e [o] desastre ainda maior que dela ameaça a resultar” (ARENDR, 1993, p.117). Desse modo, a maioria dos indivíduos negligencia a esfera política e não conseguem mais ver relação alguma com a liberdade. Diante dessas contingências, Arendt (1993, p.117), ressalta que a resposta para o sentido da política “não é hoje em dia nem evidente nem imediatamente clara”.

Nesse sentido, para a autora, refletir sobre o sentido da política é o mesmo que refletir se, de algum modo, a política é a liberdade, se o espaço político possui a participação na esfera pública e se, de algum modo, a esfera pública tem significado para todos os seres humanos. Para a autora, a maioria dos cidadãos perdeu justamente aquilo que passa a dignificá-los, ou seja, a participação na esfera pública, que corresponde à dimensão da ação.

O fato da não participação na esfera pública é um grande problema para Arendt, o que leva a autora a se indagar “Tem a Política ainda algum sentido?” (ARENDR, 2004, p.38) e, para esta pergunta, Arendt considera que existe apenas uma resposta e muito simples, que pode considerar as outras respostas dispensáveis por completo, “o sentido da política é a liberdade” (ARENDR, 2004, p.38).

Assim, Arendt ao buscar entender os acontecimentos que flagelaram a política no século XX, ela resgata o verdadeiro o conceito de esfera política que segundo Arendt (2005a), é a dimensão que mais dignifica a condição humana. Para ela, o que permitiu todas as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários, foio afastamento dos seres humanos da esfera pública e a recusa que os mesmos tiveram por essa dimensão da ação. Os regimes buscaram ainda não somente reprimir a liberdade dos cidadãos, mas buscaram aniquilá-la.

Ademais, o espaço considerado por Arendt como um espaço *entre os homens* foi transformado pelos regimes totalitários, principalmente pelo regime Nazista, em um palco de violência, destinado a matar, sob a égide de uma força ideológica e sem fins políticos. Quando a política tem um fim em si (liberdade), não pode coexistir com a violência, isto é, toda política que está baseada no uso da força brutal perde todo o seu sentido: a participação mútua de todos os cidadãos na esfera pública.

As atrocidades que ocorreram levaram Arendt (2009, p.256) a considerar que,

[...] as guerras e as revoluções têm em comum [...] o fato de estarem sobre o signo da força bruta. Se as experiências políticas básicas de nossa época são a guerra e a revolução, isto significa que nos movemos essencialmente num campo de experiências violentas que nos induzem a equiparar ação política com violência. Tal equiparação pode se revelar fatal, porque, nas condições atuais, sua única consequência possível é tornar a ação política algo sem sentido, o que é absolutamente compreensível, dado o imenso papel que a violência tem, de fato desempenhado na história de todos os povos da raça humana.

A importância que Arendt atribuiu ao evento totalitário faz derivar também a sua crítica à tradição filosófica ocidental, o fato de os regimes totalitários não serem possíveis de serem explicados pelas categorias habituais da filosofia política. Como já mencionado anteriormente, o advento do totalitarismo é possível pelo fato dos cidadãos terem se afastado da vida pública, isto é, da política.

O que ocorreu ainda durante o século XX, denominado por Arendt como *tempos sombrios*, foi a experimentação por parte dos seres humanos da sociedade de massas, - uma sociedade composta por indivíduos isolados e que não passam a tomar decisões coletivas sobre o mundo, além de não assumir nenhuma responsabilidade por ele. Os indivíduos fazem apenas parte de toda essa engrenagem de produção e de consumo, “cuja função é garantir a sobrevivência e o bem-estar” (ALMEIDA, 2011, p.13). Além dos seres humanos se comportarem como *peças* que podem ser substituídas por outras, a qualquer momento.

Desse modo, os seres humanos não participam do mundo público, ou seja, não são, ou não podem ser considerados cidadãos, além de considerarem que, somente a partir do momento em que estão participando da sociedade de massas, ou ao movimento totalitário, é que suas vidas passam a adquirir algum sentido.

Nesse sentido, os movimentos totalitários,

[...] são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDR, 2009, p.361).

Não obstante, o objetivo do totalitarismo é justamente reduzir ao máximo possível a imprevisibilidade da condição humana; buscar a eliminação do espaço público, da ação e condicionar todos os seres humanos à aceitação de tudo o que lhes era sugerido através da ideologia e da força bruta.

O fato de os regimes totalitários terem a certeza de que, indivíduos atomizados eram importantes, pois sabiam que os mesmos não conservavam a disposição para o agir, além disso, construíram uma ideologia de não denominação, mas sim, uma ideologia que dava a cada indivíduos uma importância na construção do movimento, não obstante, o indivíduo se sentia lisonjeado por poder contribuir com o movimento, ou seja, por uma causa.

O problema decorrente desse fato, segundo Arendt (2009), é que os indivíduos não conseguiram perceber que sua singularidade e a pluralidade foram eliminadas a partir da criação de uma ideologia do terror. Assim, afirma Arendt (2009, p.256), a “[...] essência é o terror e o princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico”, nesse sentido, elimina-se a ação em conjunto, elimina-se também a resistência para qualquer denominação.

A resistência causa medo, e o medo “[...] como princípio de ação público-política tem sua estreita ligação com a experiência fundamental de falta de poder que todos conhecemos de situações nas quais, por alguma razão, somos incapazes de agir” (ARENDR, 2007, p.61). Além do “[...] medo [ser] um princípio antipolítico interior do mundo comum” (ARENDR, 2007, p.61).

Assim,

[...] As tiranias são condenadas porque destroem a união dos homens: isolando os homens uns dos outros, elas buscam destruir a pluralidade humana. As tiranias [baseiam-se] na única experiência fundamental na qual estou totalmente só, que é estar impotente (como Epicteto definiu a solidão), incapaz de angariar a ajuda de meus semelhantes (ARENDDT, 2007, p.62).

Quando referimo-nos ao sentido da política contemporânea, Arendt (1993, p.118-119), observa que a esfera pública contemporânea “[é] considerada, tanto sob o aspecto teórico quando sob o prático, como um meio de assegurar as provisões vitais da sociedade e a produtividade do livre desenvolvimento social”.

Em seu livro *A Condição Humana*, Arendt (2005a), nota que a política contemporânea se tornou em um espaço que tem a função de garantir a subsistência e outras necessidades, isto é, valoriza-se a esfera do labor (vida) e também a do trabalho (mundanidade), ou seja, do consumo e da produção. Ademais, a política não tem mais o sentido ou o espaço da ação, da espontaneidade, do aparecer em público e do embate de opiniões.

A contemporaneidade parece que esqueceu totalmente do significado que a política tem em si, destarte, a política não deve se ocupar de coisas que não são políticas em si mesmas. Nesse sentido, Arendt (1993, p.119)

[...] como se [...] as formas de dominação totalitárias não tivessem demonstrado nada melhor do que o nível de razão demonstrado pelo pensamento liberal ou conservador do século XIX. O que é embaraçoso no aparecimento de uma possibilidade física absoluta de aniquilação no interior da esfera política é justamente o fato de que tal retirada é simplesmente impossível. Pois o que aqui ameaça a esfera política é exatamente aquilo que, na opinião da modernidade, legitima essa esfera em sua existência, ou seja: a merda possibilidade da vida, e mais precisamente, a possibilidade da vida de toda a humanidade. Se é verdade que a política não é mais nada além do que é infelizmente necessário para a preservação da vida da humanidade, então com efeito ela começou a ser liquidada, ou seja, seu sentido transformou-se em falta de sentido.

Ademais, diante de todos os elementos apresentados anteriormente, isto é, uma leitura arendtiana entre a filosofia e a política, na qual, a atomização da maioria dos indivíduos que compõem a sociedade contemporânea e o seu afastamento dos demais, não poderia ter outra consequência, a negação da sua participação na esfera pública do mundo. Portanto, é

necessário indagar-se sobre o sentido da política no século XXI, isto é, se a participação dos seres humanos na esfera pública tem algum sentido ou significado, e, se esse espaço de aparição e ação, conserva a liberdade de todos.

A solução que permanece é o resgate da política e do seu verdadeiro significado, porém segundo Almeida (2011), essa resolução não é fácil e dificilmente se dará de modo imediato ou pragmático. É fundamental apostarmos na singularidade de cada ser humano, que aparecem no mundo, dotados de uma nova promessa de mudança ou de renovação, é o que Arendt denomina de “milagre” humano, porém, segundo Arendt (1993, p.122), “[...] Não [é] porque acreditamos em milagres, mas porque os homens, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no continuamente, quer saibam disso, quer não”. Essa imprevisibilidade do ser humano de poder começar algo totalmente novo, só será possível enquanto existir a política e a liberdade se fizer presente no espaço *entre-os-homens*.

Considerações finais

Não podemos negar que o nosso século é herdeiro de todas as atrocidades e mazelas passadas – ainda estão presentes exemplos de dominação, alienação e de massificação de grande parcela da população que não sente e não possui aproximação com a esfera política, esfera esta da sua própria condição humana, ou seja, não se consideram responsáveis pelo mundo comum e consideram a política como um espaço de especialista ou de políticos profissionais.

Desse modo, cabe aqui uma reflexão, como podemos falar de política, como um espaço de liberdade, ou enquanto esfera que dignifica a condição humana em uma sociedade cada vez mais atomizada? Como responsabilizar os seres humanos pelo mundo comum em uma sociedade que está mais preocupada com a luta pela própria sobrevivência, que valoriza de forma exacerbada o consumo e a produção e se a grande maioria não se sente parte do mundo comum?

Entretanto, se é possível eliminar as condições essenciais para o agir e criar um espaço próprio e passar a eliminar a singularidade de cada pessoa, é impossível porém, eliminar a liberdade que está presente em cada novo nascimento de cada ser humano, e, com essa, a

possibilidade de constituir (preservar ou renovar) um mundo comum. De fato, não há certezas, o que possuímos é a esperança pelo nosso mundo que está contido na natalidade, isto é, o fato de constantemente novos seres humanos virem ao mundo, podendo interromper nesse espaço com uma novidade. Assim, nossa insatisfação com o mundo e também o nosso “desgosto com o estado de coisas” (ARENDDT, 2005b, p.241), pode e deve ganhar expressão na esfera política, na esfera das opiniões e da linguagem. É necessário se indagar com aquilo que não faz sentido, com todas as barbaridades que são incompreensíveis, e qual é o nosso esforço para nos reconciliarmos com este mundo, mesmo que este não seja como queiramos, porém, deve ser com ele que temos de nos entender.

Ademais, se nas apresentações de Hannah Arendt que invadem nosso sentimento e mostram que as barbáries são inevitáveis, não é isso que ela acredita. Seus escritos têm a necessidade de expressar que as coisas podem acontecer de maneira diferente, porque a compreensão elucida nosso pensamento político, renovando-o. Portanto, mesmo que o mundo e a esfera política, não tenham perspectivas concretas de alguma mudança, não podemos jamais abrir mão do mundo e da política, pois são os únicos espaços que podemos nos revelar plenamente como seres humanos, espaços eminentemente humanos e, por isso, potencialmente livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vanessa Sievers. *Educação em Hannah Arendt: Entre o mundo deserto e o amor ao mundo*. São Paulo: Cortez, 2011.

ARENDDT, Hannah. *O que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *A Condição Humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. *A dignidade da política*. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1993.

_____. Que é liberdade? In: ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005b.

_____. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A Promessa da Política*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2007.

ARISTOTELES. *A Política*. São Paulo: Ícone Editora, 2007.

BENVENUTI, E. *Educação e política em Hannah Arendt: um sentido político para a separação*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. 16.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2006.